

Comperj MEG S.A.

CNPJ Nº 10.693.983/0001-42 – Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO ANUAL 2012

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório das Atividades referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 da Comperj MEG S.A., acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes.

2. DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO

O COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) tem como objetivo produzir matérias-primas e produtos de maior valor agregado, em bases competitivas internacionais, contribuindo para o crescimento do mercado petroquímico brasileiro. Sua magnitude e importância para o País o levaram à inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A implementação do projeto petroquímico do COMPERJ está alinhada ao objetivo estratégico da Petrobras de aumentar a sua participação no setor petroquímico associada minoritariamente a capitais privados, atuando no setor de forma integrada aos demais negócios do Sistema.

No âmbito do Complexo, a COMPERJ MEG S.A. prosseguiu no desenvolvimento dos projetos de produção de Óxido de Eteno e Monoetilenoglicol.

3. AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao nosso acionista Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, aos nossos fornecedores, parceiros, força de trabalho, comunidades da região, sociedade em geral e ao Governo Federal, Estadual e Municipal pelo apoio, confiança e reconhecimento que nos conferiram durante o ano de 2012. Este apoio foi fundamental para a realização da nossa missão.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO JOSÉ CARLOS COSENZA

Presidente

CLAUDIO ROMEO SCHLOSSER
 Conselheiro

PAULO CEZAR AMARO AQUINO
 Conselheiro

DIRETORIA
 NILO CARVALHO VIEIRA FILHO
 Diretor-Presidente

LAERTE ROCHA PIRES
 Diretor

SERGIO MARTINS BEZERRA
 Diretor

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	2012	2011
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	729	817
Impostos e contribuições a recuperar	5.1	70	53
Outras contas a receber		19	15
		<u>818</u>	<u>885</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos a recuperar	5.2	6.150	6.150
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.3	30	7
		<u>6.180</u>	<u>6.157</u>
Imobilizado	6	<u>69.933</u>	<u>69.924</u>
Total do ativo		<u>76.931</u>	<u>76.966</u>

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2012	2011
Circulante			
Fornecedores		7	10
Impostos e contribuições a recolher		5	–
Outras contas a pagar		7	–
		<u>19</u>	<u>10</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	8	76.964	76.964
Reserva Legal		–	5
Prejuízos acumulados		(52)	(13)
		<u>76.912</u>	<u>76.956</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>76.931</u>	<u>76.966</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2012	2011
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(134)	(129)
Despesas tributárias		(3)	(5)
Resultado antes das receitas financeiras		<u>(137)</u>	<u>(134)</u>
Receitas financeiras	3.4	70	114
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(67)</u>	<u>(20)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.4	23	7
Prejuízo do exercício		<u>(44)</u>	<u>(13)</u>
Resultado por lote de mil ações - Básico e diluído em R\$		<u>(5,72)</u>	<u>(1,68)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(44)	(13)
Ajuste:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(23)	(7)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento de impostos e contribuições a recuperar	(17)	(16)
Diminuição de contas a pagar - Empresas do sistema	(4)	23
Diminuição de fornecedores	–	(3.933)
Diminuição de contribuições a recolher	(3)	(179)
Diminuição de impostos e contribuições a recolher	(4)	(35)
(Diminuição)/Aumento de outras contas a pagar	7	(9)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais	<u>(88)</u>	<u>(4.169)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	–	(87)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>–</u>	<u>(87)</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa no exercício	<u>(88)</u>	<u>(4.256)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	817	5.073
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>729</u>	<u>817</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Reserva de lucros		Dividendo adicional proposto	Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal			
Saldos em 1º de janeiro de 2011	76.964	5	65	–	77.034
Dividendo adicional pago	–	–	(65)	–	(65)
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(13)	(13)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	76.964	5	–	(13)	76.956
Prejuízo do exercício	–	–	–	(44)	(44)
Compensação de prejuízo com reservas	–	(5)	–	5	–
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>76.964</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>(52)</u>	<u>76.912</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2012	2011
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros e outros	(134)	(129)
Valor adicionado bruto	<u>(134)</u>	<u>(129)</u>
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	70	114
Valor adicionado total a reter	<u>(64)</u>	<u>(15)</u>
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	(20)	(2)
Acionistas		
Prejuízos retidos	(44)	(13)
	<u>(64)</u>	<u>(15)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1 A SOCIEDADE E SUAS OPERAÇÕES

A Comperj MEG S.A. ("Sociedade") foi constituída em 5 de fevereiro de 2009 como uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social a operação de complexos petroquímicos, incluindo o desenvolvimento de estudos e projetos, atividade de produção, comercialização, importação, exportação e transporte de petróleo, seus derivados e correlatos. A planta da Sociedade está em fase de construção em Itaboraí - RJ. A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

Encontra-se em estudo uma possível aprovação do processo de incorporação das Empresas do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de fevereiro de 2013.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.5 Reclasseificações de períodos anteriores

Para melhor comparabilidade com o período atual foi efetuada transferência de PIS e COFINS a recuperar no montante de R\$ 3.764, que até o ano de 2011 faziam parte do saldo do custo de imobilizações em andamento, capitalizados pelo acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, para impostos a recuperar não circulante (Nota Explicativa nº 6).

Esta reclasseificação não afetou o resultado nem o patrimônio líquido da Sociedade.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda cambial oriundo da conversão de moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado.

3.2 Ativos e passivos financeiros

3.2.1 Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

3.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em três meses ou menos da data de aquisição.

3.2.3 Passivos financeiros não derivativos

A sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.2.4 Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Ativo imobilizado

3.3.1 Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. A depreciação será calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens, a partir do momento em que os componentes do ativo imobilizado da Sociedade entrarem em operação.

O custo de ativos construídos pela própria Sociedade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração.

3.3.2 Redução ao valor recuperável ("impairment")

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor conjunto de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.4 Receitas financeiras

As receitas financeiras referem-se às receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Durante o exercício de 2012 a Sociedade apurou receitas financeiras no montante de R\$ 70 (R\$ 114 em 2011).

3.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Para fins de apuração fiscal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade utilizou as prerrogativas definidas no Regime Tributário de Transição ("RTT"), que foi instituído pela Lei nº 11.941/09. Com isso esses tributos foram calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis, cujas bases não consideraram as alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Os tributos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais e prejuízos fiscais e, são revisados a cada ano e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.6 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Sociedade no respectivo período.

3.7 Demonstração do valor adicionado

A Sociedade elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado a qual é apresentada como parte integrante da demonstração contábil.

Comperj MEG S.A.

CNPJ Nº 10.693.983/0001-42 – Empresa do Sistema Petrobras

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
Depósitos à vista	2	34
Aplicações financeiras	727	783
	<u>729</u>	<u>817</u>

As aplicações financeiras estão representadas por cotas do Fundo de Investimentos Renda Fixa - BB Extra-mercado FAE. Estas cotas são conversíveis em numerário, resgatadas a qualquer tempo, no decorrer do prazo de duração do fundo. No exercício de 2012 o rendimento deste fundo atingiu 9,17%.

A exposição da Sociedade a riscos de taxas de juros é divulgada na Nota 10.

5 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR / A RECOLHER

5.1 Impostos a recuperar circulante

O saldo dos impostos a recuperar no ativo circulante no valor de R\$ 70 (R\$ 53 em 2011) refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

5.2 Impostos a recuperar não circulante

O saldo dos impostos a recuperar no ativo não circulante no valor de R\$ 6.150, que permaneceu inalterado em relação ao saldo registrado no ano de 2011 (conforme Nota Explicativa nº 2.5), refere-se a créditos de PIS e COFINS sobre os serviços contratados nas obras em andamento.

5.3 Impostos diferidos não circulante

O reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre o prejuízo apurado (Nota Explicativa nº 5.4) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, tem por base o plano de negócios da Sociedade que prevê a geração de lucros que compensem os prejuízos apurados, e de seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

5.4 Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2012 é demonstrada como segue:

	2012	2011
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(67)	(20)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(23)	(7)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(23)	(7)
Alíquota fiscal efetiva	<u>34%</u>	<u>34%</u>

Em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade não apurou base tributável para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

6 IMOBILIZADO

Determinados componentes do ativo imobilizado foram recebidos quando da contribuição de capital de seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, pelo valor de custo contábil, os quais foram formados em conexão com a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Os bens foram aportados em duas etapas: a primeira em 30 de dezembro de 2009 no valor total de R\$ 39.932 e a segunda em 30 de dezembro de 2010 no valor de R\$ 10.276. Estes ativos estão relacionados, basicamente, aos serviços de terraplanagem do terreno onde está sendo construída a planta de unidade de MEG, e aos serviços técnicos de engenharia e a respectiva mão de obra especializada para a construção da referida planta. Durante o exercício de 2010 a Sociedade realizou investimentos diretos, por meio de contratos de prestação de serviços técnicos e de engenharia que somaram R\$ 23.592.

Durante o exercício de 2012 não houve capitalizações, tendo ocorrido apenas o reconhecimento de R\$ 9, referentes à ISS retidos sobre prestação de serviços ligados as obras em andamento.

A movimentação ocorrida no montante de R\$ (3.764), que para fins de comparabilidade está sendo apresentada como transferência no ano de 2011, refere-se à reclassificação para impostos a recuperar não circulante de valores de PIS e COFINS aportados em 2010 e 2009 que estavam classificados como imobilizações em andamento.

A movimentação do ativo imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	Imobilizações em andamento
Custo do imobilizado bruto	
Saldo em 1º de janeiro de 2011	73.801
Baixas	(113)
Transferência para o ativo não circulante	(3.764)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>69.924</u>
Adições por transferência	9
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>69.933</u>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ CARLOS COSENZA
Presidente

PAULO CEZAR AMARO AQUINO
Conselheiro

CLAUDIO ROMEO SCHLOSSER
Conselheiro

LUIZ AUTRAN PIRES RIBEIRO - Contador - CRC-RJ 074841/O-2

DIRETORIA

NILO CARVALHO VIEIRA FILHO
Diretor-Presidente

SÉRGIO MARTINS BEZERRA
Diretor

LAERTE ROCHA PIRES
Diretor

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas

Comperj MEG S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da Comperj MEG S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

7 REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

A Sociedade não possui pessoal próprio e, desta forma, nos exercícios de 2012 e 2011 não foram pagas remunerações a empregados, nem a dirigentes.

8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 Capital social

Em 30 de março de 2010 o Conselho de Administração aprovou novo aumento de capital com emissão de novas ações, sendo a integralização de R\$ 10.277 em bens e R\$ 5.291 em espécie. Em 30 de junho, em 30 de setembro e em 30 de dezembro de 2010 foram integralizadas em espécie R\$ 6.860, R\$ 7.300 e R\$ 7.295, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social era de R\$ 76.964 e encontrava-se totalmente integralizado e composto de 7.696 lotes de mil ações.

8.2 Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício até o limite de 20% do capital social.

8.3 Dividendos

O estatuto social da Sociedade determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da Lei.

Em 28 de abril de 2011, por meio da Assembleia Geral Ordinária/ Extraordinária foi aprovado o pagamento de dividendos utilizando o dividendo que fora proposto de R\$ 22 e o saldo de dividendo adicional proposto de R\$ 65, totalizando R\$ 87 relativos ao lucro do exercício apurado em 2010.

A Sociedade apurou prejuízo durante o exercício de 2012. Portanto, a Administração não está propondo a distribuição de dividendos pela inexistência de reservas para este fim.

9 COBERTURA DE SEGUROS

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade possui cobertura de responsabilidade civil por danos a terceiros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Sociedade são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Sociedade.

10.1 Riscos associados

A Sociedade está exposta ao risco de crédito de instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2012 e 2011. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

10.2 Mensuração dos instrumentos financeiros

O saldo de caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4) está mensurado ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Sociedade são equivalentes aos seus valores contábeis.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Comperj MEG S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações contábeis, que descrevem que a Companhia foi constituída com o objetivo de atender às necessidades das operações e ao plano do seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e que encontra-se em estudo uma possível aprovação do processo de incorporação das Empresas do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos


Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 10 de fevereiro de 2012, sem ressalvas, com o parágrafo de ênfase de mesmo teor do incluído neste relatório.

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 2013

 **PricewaterhouseCoopers**
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Patricio Marques Roche
Contador
CRC 1RJ081115/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **COMPERJ MEG S.A.**, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes de 01/02/2013, apresentado sem ressalva, bem como as informações e esclarecimentos

recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Contábeis a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária da COMPERJ MEG S.A.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2013

AMÓS DA SILVA CANCIO
Presidente do Conselho Fiscal

ADRIANO PEREIRA DE PAULA
Conselheiro

MARIA ROMA DE FREITAS
Conselheira